

Conflitos socioambientais e as comunidades tradicionais no litoral do Paraná: a erosão do ser e saber

Social and environmental conflicts and traditional communities on the coast of Paraná: the erosion of being and knowledge

DOI: 10.55905/oelv22n1-157

Recebimento dos originais: 01/12/2023

Aceitação para publicação: 02/01/2024

Adilson Anacleto

Doutor em Produção Vegetal área de concentração em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Endereço: Paranaguá, Paraná, Brasil

E-mail: adilson.anacleto@unespar.edu.br

Luiz Antonio Michaliszyn Filho

Mestre em Ambientes Litorâneos e Insulares

Instituição: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Endereço: Paranaguá, Paraná, Brasil

E-mail: michaliszyn.la@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa como as políticas públicas de preservação ambiental afetam as comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba, litoral paranaense, Brasil. Investiga se essas políticas conseguem equilibrar a proteção ambiental com o respeito às tradições das comunidades. Utiliza entrevistas e uma abordagem interdisciplinar, revelando que a criação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange gerou impactos significativos, incluindo o êxodo de famílias e a erosão de práticas tradicionais. A falta de consulta pública também gerou preocupações. No entanto, os moradores demonstraram um forte desejo de permanecer na região, destacando a necessidade de estratégias de desenvolvimento sustentável e educação inclusiva. O estudo contribui para o debate sobre como equilibrar a conservação ambiental com o respeito às culturas das comunidades tradicionais, enfatizando a importância de políticas mais inclusivas.

Palavras-chave: cultura, comunidade caiçara, conhecimento caiçara, conservação da natureza, Litoral do Paraná.

ABSTRACT

This article examines how public policies for environmental preservation affect caiçara communities in the Guaratuba Bay, Brazil. It investigates whether these policies can balance environmental protection with respect for the traditions of the communities. It uses interviews and an interdisciplinary approach. It reveals that the creation of the Saint-

Hilaire Lange National Environmental Park generated significant impacts, including the exodus of families and the erosion of traditional practices. The lack of public consultation also raised concerns. However, residents demonstrated a strong desire to remain in the region, highlighting the need for sustainable development strategies and inclusive education. The study contributes to the debate on how to balance environmental conservation with respect for the cultures of traditional communities, emphasizing the importance of more inclusive policies.

Keywords: culture, caiçara community, caiçara knowledge, nature conservation, Paraná Coast.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável é um desafio global que, muitas vezes, acontece em territórios sensíveis e complexos. Essa situação se torna demasiadamente evidente quando envolve comunidades tradicionais que vivem em áreas costeiras e ecossistemas naturais, comunidades tradições seculares e dependente dos recursos naturais para sua subsistência.

De acordo com Anacleto et al (2007), o litoral do Paraná possui mais de 35 comunidades tradicionais as quais a existência está intrinsecamente ligada à terra que ocupam e ao mar. No entanto, nessa região ao longo das últimas décadas várias áreas foram transformadas em parques ambientais, o que acabou por gerar tensões entre a conservação ambiental, o desenvolvimento e em muitos casos a questão da sobrevivência e manutenção dessa população em seus locais de origens. Entre as várias áreas formalizadas para a proteção dos ativos ambientais, destaca-se a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange, uma área de preservação ambiental que busca proteger a biodiversidade única da região Sul do litoral do Paraná. No entanto, essa proteção ambiental não ocorre em um espaço livre de relações humanas, ao contrário, ela impacta diretamente as famílias caiçaras que há séculos habitam essas localidades.

A tradição em uma comunidade é resultante das formas práticas e repetitiva de comunicação oral dos fatos, histórias, estórias, lendas, ritos, usos, costumes atos e ações de um grupo de pessoas que habitam a mesma região, situações que sobrevivem ao tempo e por si se transpõe há várias gerações, inclui-se a esta relação os lugares mais remotos

como das comunidades as margens das baías marítimas do litoral do Paraná. Salomon *et al.* (1993), Thum (2017) e Anacleto *et al.* (2007) relatam que o mundo tem se modificado de forma intensa, e existe a necessidade de se avaliar como é percebida a relação do mundo em transformação com a tradição dessas localidades, considerando inclusive as coisas boas e as coisas ruins, bem como o isso tem de valor ou a sua significação para as pessoas que vivem nas comunidades tradicionais, que segundo Anacleto *et al.* (2007) nas últimas décadas sofreram grandes alterações em seus sistemas de vida, sendo essa situação mais agravada no litoral do Paraná, onde ocorre fortemente o êxodo para os grandes centros e por consequente a erosão do conhecimento secular.

A erosão do conhecimento tradicional nas comunidades do litoral do Paraná, segundo Anacleto *et al.* (2023), é um fator preocupante porque esse grupo de pessoas pela sabedoria poderiam ceder amplo apoio à ciência na busca por soluções dos problemas das próprias comunidades. Neste contexto, considerando o descrito Anacleto *et al.* (2023), as comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social. Elas ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas. É necessário que as políticas públicas possam reverter a situação de instabilidade gerada e possa dar segurança a essas comunidades.

Diagnósticos sobre a eficácia das políticas públicas segundo Salomon *et al.* (1993), pode ser a base da esperança para o futuro. No entanto, é necessário ouvir as comunidades envolvidas, para poder avaliar se, de fato, as expectativas estão sendo atendidas, se o conhecimento tradicional está sendo preservado, se a ciência e tecnologia atende as prerrogativas das políticas públicas e que ao mesmo tempo preserve a espécie, mas não desconsidere a figura humana dependente do recurso natural e por consequência o direito à sobrevivência.

Assim, diante do contexto, o presente estudo objetivou investigar se as políticas públicas previstas nos processos de implantação de áreas de preservação ambiental permanente são capazes de promover a proteção do meio ambiente ao mesmo tempo que

geram o desenvolvimento sustentável, respeitando o contexto histórico das comunidades tradicionais?

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa exploratória descritiva similar ao proposto por Ferreira et al. (2019) e Anacleto e Scheuer (2023) foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com enfoque qualitativo, porque objetivou descrever as características e percepções dos entrevistados, sem se preocupar com o uso de técnicas estatísticas.

O estudo visou então elaborar um diagnóstico relativo às famílias remanescentes em comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba-Paraná e quanto à forma, foi adotado o modelo de levantamento, conforme roteiros de entrevistas com moradores, a fim de verificar as diferentes percepções de acordo com os fatores socioeconômicos e culturais.

O Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange está alocado no da Serra do Mar paranaense, limitando com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do rio Cubatãozinho. Suas áreas variam de 10 metros sobre o nível do mar até 1.400 metros onde estão as montanhas do maciço Serra da Prata. O Parque é de grande importância, pois integra o núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e parte da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba (PNSHL, 2022).

Dentre as localidades atingidas pelo Parque, estão as comunidades do Cabaraquara e do Parati, que se situam na porção sul do Parque, nas proximidades da baía de Guaratuba. A escolha dessas como local para realização do estudo foi feita considerando alguns fatores em especial. O primeiro fator que determinou a escolha foi a presença de famílias remanescentes de comunidades caiçaras, ainda dependentes das atividades naturais dessas comunidades tradicionais, notadamente a pesca e a agricultura de subsistência, e que são atingidas pelos efeitos limitadores dos processos de implantação da Unidade de Conservação. O segundo fator foi a relevância das relações existentes nestas comunidades, entre as famílias remanescentes de comunidades caiçaras e os demais atores que integram o contexto social local como os líderes locais, representantes de poderes públicos, da sociedade civil notadamente relacionadas aos

processos de implantação do Parque, tanto para as próprias famílias como também para a efetivação do ideal de proteção ambiental.

O terceiro e último fator diz respeito à presença de lideranças e entidades representativas reconhecidas e bem atuantes o que foi avaliada como significativa para realização da pesquisa.

A coleta de dados aconteceu no período de junho a agosto de 2023, mediante utilização de entrevistas semiestruturadas (VERGARA, 2006), que foram realizadas nos locais de residência dos integrantes das famílias remanescentes de comunidades caiçaras situadas nas comunidades do Cabaraquara e Parati. Ao total representantes de 4 famílias se dispuseram a participar da pesquisa as outras famílias já haviam se deslocado da comunidade para residir em outras localidades.

As pessoas escolhidas foram entrevistadas por acessibilidade e desde que concordassem em participar da pesquisa, de forma voluntária e expressa. Todos os registros foram gravados e as perguntas permitiram detectar o perfil socioeconômico, no que se refere à faixa etária, tempo de atuação em atividades econômicas e sociais típicas das comunidades tradicionais, bem como os eventuais impactos dos processos de implantação do parque em suas vidas.

Os dados obtidos foram analisados de acordo com a teoria da complexidade (MORIN, 2006) que, partindo de uma visão de mundo que comporta e acolhe a confusão, a desordem e a incerteza, estabelece relações entre as variáveis percebidas e busca apontar proposições ou compreensões sobre os problemas complexos.

3 RESULTADOS

A pesquisa de campo revelou que ocorreu grande êxodo de famílias renascentes nas comunidades caiçaras nas áreas adjacentes e internas ao parque após a sua criação. A confirmação se dá diante do descrito por Silva *et al.* (2007) de que a comunidade possuía no ano de 2007, 18 famílias, no entanto, durante a fase de coleta de dados no campo, foi observado elevado número de casas nas comunidades (n=13) que atualmente são usadas como segunda residência por turistas em especialmente no período de veraneio.



Os entrevistados também apresentaram baixos índices de escolaridade, devido ao fato de que significativa parcela dos residentes (n=40%) nunca frequentaram a escola, sendo classificados como não letrados, e apenas a menor parte dos entrevistados concluíram o ensino médio (10%) e as outras pessoas cursaram apenas o ensino fundamental.

O arranjo familiar observado na pesquisa de campo era em sua totalidade de pessoas casadas (60%), ou viviam em regime de união estável (40%), tendo em média 6 filhos por casal. No entanto, entre as novas gerações e facilmente observado o êxodo da localidade e busca de melhores oportunidades de trabalho e renda.

Entre as pessoas que permaneceram nas comunidades, observou-se que a idade média era de 71,1 anos entre os entrevistados, classificada como elevada quando comparado com a composição de idade média no Brasil.

A idade avançada dos moradores conjuminou que a grande maioria dos entrevistados (60%) se declaravam aposentados, mas ainda se dedicavam à agricultura e pesca como atividade de subsistência, tendo sido também relatada a atividade de complemento de renda ((n=20%) com atividades relacionadas ao turismo de base comunitária. Ainda há atividades de prestação de serviços de limpeza de terrenos dos turistas de segunda residência na região, sendo que nestes casos, os relatos mostraram que os moradores trabalham entre 6 e 8 horas por dia neste tipo de atividade, ao total a rendas das famílias dos entrevistados era em média de R\$ 1.964,00 ao mês.

O saber coletivo foi relatado pela totalidade dos entrevistados com origem nas relações familiares, sendo passado de pais para filhos ao longo das gerações, em especial no saber relacionadas à agricultura de subsistência com o cultivo de mandioca, abacaxi e arroz, a caça de pequenos animais silvestres, a extração de produtos florestais não madeiráveis como as ervas medicinais, palmito e a pesca de subsistência na baía de Guaratuba.

As atividades relacionadas ao turismo de base comunitário foram relatada como mais recente e ocorrida diante da demanda de pescadores amadores e ecologistas de locais para acomodação durante o período de veraneio. A totalidade dos entrevistados informaram que a criação do parque colocou em choque as tradições e os conhecimentos

aprendidos do saber coletivo, que contrasta com as novas prerrogativas da preservação ambiental que segundo a totalidade dos entrevistados à medida que praticas seculares de cultivo não puderam mais ser exercida por impeditivos legais de proteção ao meio ambiente.

Ainda segundo os relatos, desde a criação do parque, também se elevou a dificuldade da criação de pequenos animais como suínos e cabras e outras lavouras que necessitavam do uso de defensivos agrícolas contra pragas e doenças. O cultivo no sistema de pousio também sofreu restrições diante que este tipo de prática agrícola na comunidade ocorria em uma espécie de revezamento onde após a colheita, ocorria um período de descanso de no mínimo três anos, e findo os quais ocorria a roçada, a seca da palhada e posteriormente a queimada para limpeza do terreno, sendo que essa prática foi impeditiva na nova realidade com a criação do parque.

A restrição de cultivo também provocou a quase extinção dos Guajus, uma espécie de mutirão onde toda a comunidade se reunia para ajudar um morador em atividade específica, posteriormente este dia de trabalho era sempre retribuído sem qualquer espécie de custos as outras famílias. A troca de serviços era uma prática cultural também secular e, nestes períodos, aconteciam os momentos das rodas de conversas, trocas de informações sobre as lavouras, trocas e negócios com pequenos animais e em especial sobre a pesca artesanal. Os Guajus eram relevantes momento em que ocorriam vários tipos de relações sociais e interpessoais como namoros, combinações de atividades laborais e organização da comunidade quando necessário do diálogo com os políticos locais.

A prática era organizada e todas as pessoas tinham uma função no trabalho desde as crianças até os homens que faziam os trabalhos mais pesados, assim a limitação da agricultura, além de dificultar a atividade de garantia alimentar, alterou profundamente os meios de vida social daquelas pessoas. Além disso, reduziu as interações entre as famílias que se viram mais distantes e solitárias, sendo que esse fator pode ter sido um agravante ao êxodo rural que se instalou de forma acentuada nessas comunidades tradicionais.

A criação do parque prevê, por força da legislação, a consulta pública e o diálogo direto com os residentes e moradores das comunidades tradicionais inseridas nas áreas a ser protegidas. No entanto, a totalidade dos entrevistados relataram que o cumprimento desta situação não foi observada, diante de que 80% dos entrevistados afirmaram que na época da criação do parque souberam do assunto e que ocorreriam mudanças por intermédio de outras pessoas. O restante sequer soube deste processo e somente após a imposição das mudanças que souberam que estavam residenciado em área protegida, e nunca foram convidados à reunião ou questionados se aceitariam, ou não as mudanças de vida.

Duas outras questões relatadas pelos entrevistados foram primeiramente a ampliação e frequência das ações fiscalizadoras das autoridades ambientais como no caso da extração do palmito, alimento base da cultura caiçara na região e o impeditivo da caça de pequenos animais da floresta para consumo familiar.

A pesquisa de campo revelou que, entre os moradores, a totalidade se sente injustificada pela criação do parque, e revelam que as restrições são um fato, mas não ocorreu benefícios e que similar a outros países no mundo, os moradores deveriam receber indenizações ou ser contratados para fazer a proteção do parque. Ocorreram ainda os relatos sobre o isolamento dos moradores que só possuem saída via pluvial e por uma trilha, que corresponde à antiga estrada que liga a comunidade à PR-508.

Contudo, apesar das dificuldades, todos os entrevistados (100%) mencionaram que escolheram viver na região em função da tranquilidade e do contato com a natureza. Ao serem questionados sobre o interesse em se mudar do local, caso tivessem condições para isso, todos os entrevistados (100%) afirmaram que não desejariam se mudar, mas gostariam de melhores condições de sobrevivência no local onde nasceram. No que diz respeito a possíveis melhorias na forma de vida das famílias inseridas na área do parque, a totalidade relatou que não houve melhorias e a menor parte (n=20%) descreveu que apenas o meio ambiente e a floresta foram beneficiados porque foram mais protegidos, mas as pessoas ficaram relegadas a segundo plano.

4 DISCUSSÃO

A análise dos resultados desta pesquisa lança luz sobre a complexa interseção entre políticas públicas de preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e o contexto histórico das comunidades tradicionais na Baía de Guaratuba, Paraná, dado que o êxodo de famílias caiçaras das comunidades adjacentes e internas ao Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange, após a sua criação, é um dos resultados mais significativos deste estudo. Isso confirma a preocupação expressa por Silva *et al* (2007) sobre a possibilidade de deslocamento de comunidades tradicionais devido a medidas de preservação ambiental. Os dados revelaram que, embora a comunidade tenha contado com 18 famílias em 2007, apenas 13 casas são atualmente ocupadas, principalmente por turistas durante o verão.

Importante destacar aqui que, apesar do baixo número de moradores remanescentes de comunidades tradicionais, existem no local mais casas utilizadas apenas em finais de semana (finalidade de lazer), mostrando uma real alteração do perfil da população que habita o local.

O êxodo das famílias nessas comunidades ocorre por vários fatores e, apesar de a dificuldade de geração de renda e garantia alimentar se constituírem os mais relevantes, outros motivos também ser considerados como propulsores do processo do êxodo. A medida que novas famílias são constituídas, e as crianças crescem a inexistência de escola, este fator atrelado à ausência de serviços de saúde próximo se constituem também situações desfavoráveis que impulsionam a busca por outros locais para viverem.

Urge destacar que estes espaços são considerados fomentadores do capital social e do fortalecimento da construção das ações de coletividade, porque são justamente nestes espaços que ocorrem os diálogos que poderiam resultar em capacidade de organizar grupos de interesse comum. No entanto, sem estes espaços de convivência as ações e iniciativas de organização social se tornam mais difíceis.

Ferreira (2010) e Negrelle e Lima (2002) descrevem que as atenções e as políticas públicas relacionados às comunidades tradicionais estão em sua maioria centradas no quesito conservação da natureza e exclui o ser humano, emitindo atenção na biodiversidade e não na sociodiversidade.

A presença das pessoas, nestes espaços de proteção ambiental, é parcialmente considerada, mas a diversidade é preservada mais facilmente quando ocorre por intermédio do coletivo ancorado na conscientização das populações que já vivem no contato direto com a natureza e detém o ciclo do saber e do conhecimento adquirido pela oralidade. As comunidades caiçaras têm um papel relevante na preservação do meio ambiente e das áreas protegidas. Há manutenção dos recursos, já que dependem deles para garantir a sobrevivência familiar, porém o conceito de pluriatividade deve ser considerado como alternativa de combate ao êxodo, mas este conceito aparentemente ainda se faz distante, dado que ainda não houve ações de políticas públicas para as áreas protegidas suficientes, eficientes e claramente regulamentadas para prover autonomia do uso dos recursos naturais disponíveis como a agricultura, artesanato e extração de recursos como flores, frutos, cascas folhas, raízes, de forma geral, sendo que a única atividade regulamentada e a pesca conforma também relatado por Negrelle e Lima (2002).

Urge que no contexto da manutenção dessas famílias em seus locais de origem, sejam consideradas as possibilidades de cultivo da terra mesmo em áreas protegidas, Wolf (2003) relata que nessas comunidades a atividade agrícola é realizada com baixa tecnologia, caracterizando com objetivo apenas de subsistência, e comercialização de pouco excedente, a fim de poder fazer a aquisição de elementos básicos de consumo, como sal, roupa e outros produtos que não conseguem produzir, sendo, no entanto, necessário ajustes no sistema de preparo da terra, dado que o sistema de derrubada e coivara (*slash and burn*), com a prática das ações de “derruba e queima” não é aceitável nessas áreas protegidas. Porém, esse costume tradicional, poderia ser o único impeditivo, dado que outras formas de contaminação do meio ou do solo não ocorrem.

O futuro revela que um dos caminhos viáveis é a agroecologia, visando a soberania alimentar a partir do potencial endógeno de conhecimentos tradicionais. O sistema de produção atualmente adotado nessas áreas protegidas que são ancoradas nas práticas e saberes existentes estão muito próximos do sistema agroecológico e orgânico. Sob este aspecto é urgente que ocorra entre comunidades e outros atores externos novas rodadas de diálogos, porque ao mesmo tempo que o Estado criou o parque saint Hilaire e o impôs à preservação ambiental, não foram consideradas as famílias caiçaras que

secularmente viveram suas vidas trabalhando numa relação muito estreita com o mundo natural e possuem um tipo de experiência e sensibilidade para com a natureza (FERREIRA, 2010).

A situação ocorrida pode estar atuando como fomento ao êxodo e indica a necessidade urgente de políticas públicas para que se possam promover novos tipos de ações produtivas com vias à sobrevivência e manutenção dessas famílias e relata que um caminho pode ser a questão de formulação de políticas públicas para o fomento do empreendedorismo coletivo ou comunitário similares às ecoempresas comunitárias. Segundo Ferreira (2010), as ecoempresas têm como premissa as novas práticas organizativas por meio da valorização do capital humano e social, propiciando também o aumento das capacidades de escolhas das famílias no que se refere a geração de renda e capacidade de sobrevivência.

O uso dos recursos ambientais em áreas protegidas, além das inibições e dificuldades impostas as comunidades no Litoral do Paraná, também possuem resistência e pressão dos atores externos, que vislumbra o preservacionismo, sem perceber que a atividade geradora de renda se configura como uma importante alternativa de permanência da população nos seus locais de origem. Sachs (2007) destaca que a organização dessas comunidades pode ser fator determinante na ativação destes recursos, dado que a Mellinger e Floriano (2015) sugerem que a participação de representantes das comunidades junto aos órgãos estatais, são frágeis porque os mesmos pouco sabem sobre como resolver as suas demandas e nem tão pouco como organização suas reivindicações. No município de Guaratuba é possível observar que pessoas de “fora das comunidades” representam seus interesses, situação que pode estar ocorrendo nas áreas investigadas diante da elevada presença de turistas, residindo nas comunidades tradicionais.

Os ciclos necessitam ser revistos e Anacleto et al. (2023) afirma que qualquer melhoria das condições de vida nessas comunidades deve considerar a integração interinstitucional e a socioeconomia dos recursos naturais de uso comum e finalmente dialogar com a comunidade. Sem esse conjunto de características as proposições terão poucas chances de ser efetivas.

É crucial considerar alternativas sustentáveis que poderiam garantir a permanência das famílias caiçaras e a preservação de suas tradições. O extrativismo sustentável, como o exemplo do palmito, pode ser uma estratégia viável para garantir a subsistência das comunidades, desde que seja realizado de maneira responsável, respeitando os ciclos naturais da floresta.

Como alternativa viável à comunidade caiçara do Parque Nacional Saint Hilaire Lange, o extrativismo sustentável se destaca principalmente devido à sua capacidade de conciliar a preservação ambiental com a geração de renda e a subsistência das famílias. Registra-se aqui que esta modalidade envolve a coleta responsável de recursos naturais, como o palmito, de forma a garantir que os ecossistemas locais não sejam prejudicados a longo prazo.

Também é importante destacar que o extrativismo sustentável considera o ciclo natural dos recursos. No caso do palmito, as palmeiras são cuidadosamente escolhidas para a colheita, garantindo que apenas algumas sejam retiradas, permitindo que as outras continuem a crescer e se regenerar naturalmente. Isso assegura que o recurso não seja esgotado, preservando, assim, a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas da região.

Um outro aspecto muito importante é que o extrativismo sustentável, muitas vezes, envolve práticas tradicionais de coleta que as comunidades caiçaras já dominam. Eles possuem conhecimento aprofundado sobre os recursos naturais locais e têm práticas de coleta que são culturalmente enraizadas e ambientalmente conscientes. Isso não apenas protege o meio ambiente, mas também respeita e preserva as tradições e os modos de vida das comunidades.

Além disso, de forma também bastante importante, o extrativismo sustentável pode proporcionar uma fonte de renda estável para as famílias residentes na comunidade Salto do Parati, permitindo-lhes atender às suas necessidades econômicas básicas. Isso é crucial para garantir o direito à subsistência e, ao mesmo tempo, promover a conservação do ambiente.

Nesse contexto, o extrativismo sustentável emerge como uma alternativa promissora, porque permite que as comunidades caiçaras continuem a utilizar os recursos naturais de forma responsável, mantendo seus meios de subsistência e respeitando os

direitos humanos fundamentais, ao mesmo tempo em que contribuem para a preservação dos ecossistemas naturais da região.

A prática da agricultura orgânica também surge como um caminho promissor para a geração de alimentos e a garantia da soberania alimentar das comunidades. A produção orgânica não apenas respeita o meio ambiente, mas também pode gerar produtos de alta qualidade que têm demanda crescente no mercado. Nesse contexto, essa abordagem se alinha com os resultados obtidos e destaca a importância das práticas agrícolas tradicionais.

Esta abordagem é fundamental por várias razões. Primeiramente, a agricultura orgânica respeita o meio ambiente ao evitar o uso de produtos químicos sintéticos, como pesticidas e fertilizantes, que podem causar danos significativos aos ecossistemas locais e à biodiversidade. Além disso, ela se baseia em princípios de sustentabilidade, promovendo a conservação do solo, a redução da erosão e o uso responsável dos recursos hídricos.

Outro aspecto crucial é que a agricultura orgânica pode atender à crescente demanda por alimentos saudáveis e livres de resíduos químicos no mercado, o que representa uma oportunidade econômica para as comunidades caiçaras. Os produtos orgânicos geralmente têm um valor agregado maior e podem gerar uma fonte de renda mais estável quando cultivados de acordo com os princípios orgânicos. Além disso, ao adotar práticas de cultivo orgânicas, as comunidades podem contribuir para a diversificação da produção agrícola, reduzindo a dependência de culturas específicas e, assim, aumentando a segurança alimentar.

Por último, mas não menos importante, a agricultura orgânica está alinhada com a busca pela soberania alimentar das comunidades caiçaras, garantindo que tenham controle sobre a produção de alimentos que sustentam suas famílias. Isso fortalece os direitos humanos das comunidades, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre como cultivar, colher e consumir alimentos de maneira saudável e sustentável.

Portanto, a promoção da agricultura orgânica não apenas protege o meio ambiente, mas também oferece uma perspectiva econômica favorável, contribui para a segurança alimentar e reforça os direitos humanos das comunidades caiçaras, tornando-a uma

alternativa vital e relevante no contexto do Parque Nacional Saint Hilaire Lange e da comunidade tradicional do Salto do Parati. Contudo, é importante lembrar também nesse ponto, que a pesquisa ressalta que a falta de regulamentação e apoio governamental tem sido um obstáculo para a adoção dessa prática, evidenciando a necessidade de medidas políticas eficazes nesse sentido.

Outra alternativa importante, que pode mitigar a pobreza em algumas situações e reverter o quadro acelerado de êxodo da comunidade, são os cultivos marinhos. A exploração sustentável de recursos marinhos, como a criação de organismos marinhos em viveiros, pode ser uma fonte de renda estável e compatível com a preservação ambiental.

A criação de organismos marinhos em viveiros, como o cultivo de peixes, moluscos e crustáceos, pode oferecer uma fonte de renda relativamente estável ao longo do ano. Isso é fundamental, pois proporciona às famílias caiçaras uma alternativa econômica consistente, reduzindo a necessidade de buscar oportunidades de trabalho em outros lugares que frequentemente levam ao êxodo. No caso da comunidade do Parati, já existem pessoas que desenvolvem o cultivo de ostras e têm nessa atividade uma fonte de renda.

Quando geridos de forma responsável e sustentável, os cultivos marinhos podem ser compatíveis com a preservação ambiental. Eles não causam danos significativos aos ecossistemas costeiros e podem, na verdade, promover a recuperação de habitats naturais, desde que sejam implementadas práticas adequadas de manejo e conservação.

As comunidades caiçaras, como é o caso dos moradores tradicionais do Parati, muitas vezes têm um profundo conhecimento das águas costeiras e dos ciclos naturais das espécies marinhas. Isso lhes confere uma vantagem única na gestão dos cultivos marinhos, uma vez que estão intimamente ligados ao ambiente. Ao aproveitar esse conhecimento tradicional, as comunidades podem maximizar a eficácia de suas operações de cultivo.

O envolvimento das comunidades caiçaras na gestão de cultivos marinhos, pode torná-las mais autossuficientes economicamente. Isso não apenas ajuda a atender às necessidades básicas das famílias, como também fortalece seu senso de autonomia e empoderamento, o que pode contribuir para a retenção da população local.

A pesquisa demonstrou de forma muito clara que as práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência e a pesca, foram prejudicadas pelas restrições impostas pela criação do parque. Nesse cenário, os cultivos marinhos podem atuar como uma alternativa viável, reduzindo a dependência dessas atividades ameaçadas, permitindo que as famílias diversifiquem suas fontes de renda.

Portanto, os cultivos marinhos são uma solução atrativa para combater o êxodo da comunidade caiçara, pois oferecem estabilidade econômica, são compatíveis com a preservação ambiental, aproveitam o conhecimento local e capacitam as comunidades a enfrentarem os desafios econômicos, ao mesmo tempo que contribuem para a manutenção de suas tradições e modos de vida.

No entanto, para que essas alternativas sustentáveis sejam eficazes, é imperativo que programas de informação e formação direcionados para a população local sejam implementados, proporcionando às comunidades as habilidades e o conhecimento necessários para uma gestão responsável dos recursos naturais. Isso não apenas fortalecerá os direitos humanos das comunidades, mas também preservará suas tradições e a rica herança cultural que caracteriza a região.

Em suma, à luz dos resultados desta pesquisa, a busca por alternativas sustentáveis no contexto do Parque Nacional Saint Hilaire Lange e da comunidade tradicional do Salto do Parati não é apenas uma questão de subsistência, mas também uma questão de direitos humanos fundamentais. O apoio governamental, a regulamentação adequada e programas educacionais direcionados são essenciais para enfrentar os desafios e oportunidades que se apresentam, garantindo que essas comunidades continuem a prosperar em harmonia com seu ambiente único e valioso.

A análise dos níveis de escolaridade revelou uma realidade preocupante nas comunidades caiçaras do entorno do Parque Nacional Saint Hilaire Lange. Cerca de 40% dos entrevistados nunca frequentaram a escola, sendo classificados como não letrados. Essa estatística destaca a necessidade premente de implementar abordagens educacionais inclusivas e acessíveis nessas comunidades, especialmente porque a falta de acesso à educação formal limita severamente o desenvolvimento individual e coletivo dessas pessoas. É imperativo reconhecer que a educação desempenha um papel fundamental na

capacitação das gerações mais jovens e na promoção de oportunidades para o seu desenvolvimento, pois fornece conhecimento, habilidades e oportunidades que são essenciais para seu crescimento pessoal e profissional.

Nesse ponto, é importante destacar que, quando uma parcela significativa da população não tem acesso à educação, o resultado é uma lacuna de competências e oportunidades. Essas pessoas podem enfrentar dificuldades em encontrar emprego, desenvolver atividades para gerar renda, melhorar suas condições de vida e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Além disso, a falta de educação pode perpetuar o ciclo da pobreza e da exclusão social, tornando difícil para esses indivíduos quebrarem essas barreiras.

Sob esta ótica, a implementação de abordagens educacionais inclusivas e acessíveis é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem ou localização, tenham a oportunidade de adquirir conhecimento e habilidades que lhes permitam alcançar seu potencial máximo. A educação é um direito humano fundamental, e garantir que ela seja acessível a todos é crucial para promover a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades caiçaras e de qualquer outra população. Portanto, a falta de acesso à educação é preocupante, pois representa uma privação significativa de oportunidades e um obstáculo para o progresso das gerações mais jovens e, conseqüentemente, para a sustentabilidade dessas comunidades.

É relevante mencionar a situação crítica causada pelo fechamento da escola local, que forçou muitas famílias a se mudarem para os centros urbanos, como Matinhos e Guaratuba, em busca de acesso à educação aos seus filhos. Esse deslocamento diário, inclusive de barco, relatado por um dos entrevistados para garantir que suas filhas frequentem a escola em Guaratuba, demonstra o compromisso das famílias com a educação de suas crianças. No entanto, essa realidade ilustra a falta de infraestrutura educacional nas comunidades caiçaras, bem como a necessidade de políticas que garantam o acesso à educação de qualidade, independentemente da localização geográfica.

Além disso, um desafio adicional à sustentabilidade dessas comunidades é a idade média elevada dos moradores. A maioria dos entrevistados se declarou aposentada, o que

coloca em evidência a questão do envelhecimento da população. À medida que as gerações mais jovens buscam oportunidades fora da região, a preservação das tradições e do modo de vida caiçara tornam-se mais tênue. A saída dos jovens em busca de educação e empregos em áreas urbanas é uma tendência que ameaça a continuidade dessas comunidades.

A predominância de moradores que se declararam aposentados, com uma idade média de 71,1 anos entre os entrevistados, é particularmente relevante porque as atividades tradicionais das comunidades caiçaras, como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, exigem um vigor físico e uma capacidade de trabalho que diminuem naturalmente com o envelhecimento. A agricultura, por exemplo, envolve tarefas que demandam esforço físico significativo, como o cultivo de mandioca, abacaxi e arroz, a caça de pequenos animais silvestres e a extração de produtos florestais não madeiráveis, como ervas medicinais e palmito.

A idade avançada dos moradores também impacta a capacidade de participação em atividades econômicas que possam gerar renda para a comunidade. Embora 20% dos entrevistados tenham mencionado atividades relacionadas ao turismo de base comunitária como uma fonte de complemento de renda, essa opção não é viável para todos, especialmente aqueles que enfrentam limitações de mobilidade devido à idade.

Além disso, a falta de renovação geracional nas atividades tradicionais ameaça a transmissão dos conhecimentos e saberes ancestrais que são essenciais para a manutenção da cultura caiçara. A ausência de jovens interessados em aprender e continuar essas práticas tradicionais pode resultar na perda irreparável de tradições que são fundamentais para a identidade e a história da comunidade.

Nesse contexto, a idade média elevada dos moradores não apenas representa um desafio econômico e de sustentabilidade, mas também coloca em risco a preservação das práticas culturais e do conhecimento tradicional da comunidade caiçara. Para garantir a continuidade dessas comunidades e a manutenção de suas tradições, é necessário abordar de forma abrangente os desafios relacionados ao envelhecimento da população e criar estratégias que envolvam ativamente as gerações mais jovens no processo de preservação cultural e sustentabilidade econômica.

Em suma, a questão da educação e do envelhecimento nas comunidades caiçaras está intrinsecamente ligada à sustentabilidade dessas populações. A implementação de estratégias educacionais inclusivas e a criação de oportunidades para as gerações mais jovens são cruciais para garantir a continuidade das comunidades tradicionais. Além disso, o acesso à educação deve ser considerado como um direito humano fundamental, e é responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade assegurar que todas as comunidades, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade.

As restrições impostas pela criação do parque afetaram profundamente as práticas tradicionais, incluindo agricultura de subsistência, criação de animais e atividades de pousio. A impossibilidade de continuar com essas práticas seculares devido a regulamentações ambientais provocou uma erosão do saber coletivo transmitido de geração em geração. A prática de Guajus, que desempenhava um papel fundamental nas interações sociais e culturais, quase desapareceu, alterando drasticamente a vida social nas comunidades.

Essa situação parece ser algo que afeta de modo especial a memória dos moradores tradicionais. Eles relatam lembranças com muito saudosismo e melancolia. Informam, especialmente sobre os Guajus, que eram momentos de muita alegria vivenciados entre familiares e amigos e que, ainda, contribuíam para a melhora da capacidade econômica das famílias.

Os impactos da criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange nas práticas tradicionais dos caiçaras da comunidade Salto do Parati são muito evidentes. As restrições impostas por regulamentações ambientais afetaram significativamente atividades que eram centrais para a subsistência e a identidade cultural dessas comunidades. Entre essas atividades, destacam-se a agricultura de subsistência, a criação de animais e as práticas de pousio.

A agricultura de subsistência desempenhava um papel fundamental na garantia de alimentação e renda para as famílias caiçaras. No entanto, as regulamentações ambientais proibiram práticas tradicionais, como a técnica de "derruba e queima", que era usada para preparar a terra para o cultivo. A proibição tem motivação ambiental uma vez que a

queima descontrolada da vegetação pode causar danos significativos à biodiversidade, contribuir para a erosão do solo e até mesmo aumentar o risco de incêndios florestais. Entretanto, para as comunidades caiçaras o prejuízo decorre do fato de que, sem essa prática, é preciso encontrar alternativas viáveis para preparar o solo e cultivar alimentos. Muitas vezes, essas alternativas são mais trabalhosas, exigem mais recursos, ou não são tão eficazes quanto o método tradicional. Essa proibição representou um sério obstáculo para a continuidade da agricultura de subsistência, que historicamente sustentou essas comunidades.

Da mesma forma, a criação de animais, como suínos e cabras, também sofreu restrições devido à proibição do uso de defensivos agrícolas e práticas de manejo que eram comuns entre os moradores tradicionais. Isso afetou não apenas a oferta de carne e produtos derivados, mas também a prática cultural de "Guajus".

Os "Guajus" eram momentos especiais de interações sociais e culturais nas comunidades caiçaras. Nessas ocasiões, toda a comunidade se reunia para ajudar um morador em uma atividade específica, como o plantio, a colheita ou a construção. Esses momentos não apenas fortaleciam os laços entre familiares e amigos, mas também desempenhavam um papel crucial na melhoria da capacidade econômica das famílias.

Hoje, essas práticas tradicionais estão à beira da extinção, e as comunidades experimentam uma profunda melancolia ao recordar os tempos em que os "Guajus" eram uma parte vibrante de suas vidas. A erosão do saber coletivo transmitido de geração em geração é uma perda irreparável para a cultura caiçara, pois essas práticas não eram apenas formas de subsistência, mas também pilares da identidade e da coesão social.

Nesse contexto, os impactos nas práticas tradicionais são um aspecto crucial a ser considerado na discussão dos desafios enfrentados pelas comunidades caiçaras após a criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange. A preservação dessas práticas e a revitalização das atividades culturais são essenciais para manter a rica herança dessas comunidades e garantir a continuidade de suas tradições.

A falta de consulta pública efetiva durante o processo de criação do parque é uma preocupação crítica. Nenhum dos entrevistados foi consultado anteriormente ou durante a criação do parque e só souberam das mudanças através de terceiros. Isso levanta

questões sobre a transparência e a participação das comunidades afetadas nas decisões que impactam diretamente suas vidas e tradições.

Quadros *et al.* (2015), em um estudo que analisou a experiência da criação e gestão do Conselho Consultivo do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, explica que essa UC foi a primeira do Brasil a ser criada por lei (Lei 10.227 de 23 de maio de 2001) e que teve um processo atípico não contando com a participação das comunidades locais.

A falta de consulta pública efetiva, durante o processo de criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange, é uma preocupação crítica que emerge das descobertas deste estudo. É notável que nenhum dos entrevistados tenha sido consultado anteriormente, ou durante a criação do parque, e a maioria deles só tomou conhecimento das mudanças que afetariam diretamente suas vidas e tradições por meio de terceiros. Esse cenário levanta questões profundas sobre a transparência e a participação das comunidades tradicionais nas decisões que impactam significativamente seu modo de vida.

A ausência de um processo de consulta adequado representa uma violação dos direitos dessas comunidades, especialmente no que diz respeito aos seus direitos humanos e ao reconhecimento de sua importância na preservação do meio ambiente. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, estipula que as comunidades indígenas e tribais têm o direito de serem consultadas antes de qualquer medida legislativa ou administrativa que afete seus direitos. Embora as comunidades caiçaras não sejam estritamente indígenas, compartilham muitas semelhanças em termos de conexão com a natureza e práticas tradicionais.

A falta de consulta prévia e diálogo direto com as comunidades afetadas resulta em uma série de impactos negativos. Primeiramente, abala negativamente a confiança das comunidades nas autoridades responsáveis e no processo de preservação ambiental. Isso pode levar ao ressentimento e à resistência por parte das comunidades, que podem se sentir excluídas e desconsideradas nas decisões que afetam suas vidas.

Além disso, a falta de consulta pública efetiva pode prejudicar a eficácia das medidas de preservação ambiental. Sem o envolvimento ativo das comunidades locais, as

ações de conservação podem encontrar resistência e até mesmo sabotagem, tornando mais difícil alcançar os objetivos de proteção ambiental.

Portanto, é imperativo que o processo de gestão do Parque Nacional Saint Hilaire Lange e de outras áreas protegidas considere seriamente a inclusão das comunidades tradicionais nas tomadas de decisão. Isso não apenas atende aos princípios de justiça e respeito aos direitos humanos, mas também pode levar a uma preservação mais eficaz e sustentável do ambiente, na medida em que as comunidades locais têm um conhecimento valioso sobre a região e um interesse genuíno em sua conservação.

Apesar das dificuldades, é notável que todos os entrevistados expressaram um desejo firme de permanecer na região. Isso ressalta o profundo apego cultural e emocional que essas comunidades têm à sua terra e estilo de vida. Eles não buscam se mudar, mas desejam melhores condições de sobrevivência no local onde nasceram. O vínculo, a relação forte com o mar e a natureza é expressa no olhar.

Certamente, o forte desejo de permanecer na região, expressado por todos os entrevistados, apesar das inúmeras dificuldades e desafios enfrentados, é uma das descobertas mais notáveis deste estudo. Esse sentimento é muito significativo e revela o profundo apego cultural e emocional que as comunidades caiçaras do entorno do Parque Nacional Saint Hilaire Lange têm em relação à sua terra, ao mar e ao seu estilo de vida tradicional.

Essa relação contribui decisivamente para que a comunidade não veja a mudança como uma solução para suas lutas. Pelo contrário, eles compartilham uma conexão arraigada com a região onde nasceram e cresceram. É nesse ambiente que suas tradições foram moldadas ao longo de gerações, onde aprenderam as práticas de subsistência, compartilharam momentos de alegria e construíram relações familiares e comunitárias sólidas.

Esse desejo de permanecer na região ressalta a importância de considerar não apenas a preservação ambiental, mas também a sustentabilidade das comunidades humanas que habitam essas áreas protegidas. É um lembrete de que as políticas de conservação devem ser formuladas com um entendimento profundo das necessidades e aspirações das pessoas que vivem em estreita relação com a natureza.

Portanto, ao planejar medidas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas, é fundamental incluir as vozes e perspectivas das comunidades locais. Isso não apenas reconhece seus direitos e interesses legítimos, mas também contribui para a eficácia das iniciativas de preservação, pois essas comunidades são parceiras valiosas na proteção do meio ambiente, trazendo consigo um conhecimento valioso e um compromisso inabalável com a terra que chamam de lar.

Os resultados desta pesquisa indicam claramente que as políticas de preservação ambiental podem ter impactos significativos nas comunidades tradicionais, às vezes resultando em efeitos adversos, como o êxodo e a erosão das práticas culturais. Isso destaca a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas ao planejar e implementar políticas de conservação.

Atualmente, os problemas vivenciados pelos remanescentes caiçaras da comunidade do Parati os colocam, como bem disse Hayama et al. (2018, p. 608) na condição de “Refugiados Ambientais” e, de forma ainda mais específica, “Refugiados da Conservação.” A implantação das UCs, muito além da conservação, traz também prejuízos como a extinção, expulsão e opressão das comunidades tradicionais.

A falta de consulta pública efetiva é um ponto crítico que deve ser abordado para garantir que as comunidades tradicionais sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam seu modo de vida.

Além disso, é fundamental considerar estratégias de desenvolvimento sustentável que permitam a coexistência de conservação ambiental e práticas tradicionais, como o extrativismo sustentável, a agricultura orgânica e os cultivos marinhos. Isso pode incluir programas de capacitação, educação ambiental e oportunidades de subsistência que estejam alinhadas com os valores e as necessidades das comunidades locais.

Ainda em sede de discussão dos resultados, é importante registrar que a pesquisa contribui para o debate sobre como equilibrar a conservação ambiental com o respeito pelas culturas e identidades das comunidades tradicionais, destacando a importância de políticas que promovam a proteção do meio ambiente sem comprometer o bem-estar e, até mesmo, o existir dessas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram um quadro complexo e multifacetado, onde a criação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange se apresentou como elemento causador de um impacto significativo na comunidade caiçara, ocasionando êxodo de famílias e erosão de práticas tradicionais. A falta de consulta pública efetiva durante o processo de criação do parque também suscitou preocupações sobre a transparência e a participação das comunidades nas decisões que afetam diretamente suas vidas e tradições.

Apesar dos desafios enfrentados, os moradores demonstraram um profundo vínculo com a terra e estilo de vida, expressando um forte desejo de permanecer na região. Essa situação demonstra a importância de considerar estratégias de desenvolvimento sustentável que permitam a coexistência da conservação ambiental com práticas tradicionais, como o extrativismo sustentável, a agricultura orgânica e os cultivos marinhos. Além disso, enfatiza a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas ao planejar e implementar políticas de conservação.

É importante ressaltar que a educação desempenha um papel crucial na sustentabilidade das comunidades tradicionais. Os níveis de escolaridade abaixo da média nacional destacam a necessidade de abordagens educacionais inclusivas nessas comunidades, visando garantir o acesso à educação para todas as gerações.

De um modo geral, a pesquisa contribui para o debate sobre como equilibrar a conservação ambiental com o respeito pelas culturas e identidades das comunidades tradicionais. Ela destaca a importância de políticas que promovam a proteção do meio ambiente sem comprometer o bem-estar e a existência dessas comunidades. No entanto, também ressalta a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa que envolva as comunidades afetadas nas decisões que moldam seu futuro.

Em síntese, as conclusões deste estudo incentivam uma reflexão sobre o desafio global de conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais que desempenham um papel fundamental na conservação de ecossistemas únicos e na preservação da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

- ANACLETO, A; ANDREOLLI, V. M.; MURARO, D.; ANACLETO, A. F. M. As relações entre justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul do Estado do Paraná. In: **Congresso Internacional de administração**, 2007, Ponta Grossa. Anais do Congresso Internacional de Administração, v. 1, n.1, 8p, 2007.
- ANACLETO, A; A pesca de siri com gaiolas no litoral paranaense: entre novas e velhas aprendizagens. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**. v.16, n. 1, 2023. 2024.
- ANACLETO, A.; SCHEUER, L. Between flowers and loves: the profile and behavior of the consumer with the purpose of seduction. **Ornamental Horticulture**, v. 29, p. 480-488, 2023.
- FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. Doutorado em Ciências) Pós-Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal 222p, 2010.
- FERREIRA, D.; SILVA, P.; MADEIRA, T. F. Embalagens verdes: conceitos, materiais e aplicações. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação - RAEI**, v. 1, n. 2, p. 28-39, 2019.
- MELLINGER, L.; FLORIANI, D. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná. **Ambiente e sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-22. 2015.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Cortez: Brasília, 2006.
- NEGRELLE, R. R. B.; LIMA, R. E. **Meio ambiente e desenvolvimento no Litoral do Paraná: subsídios à ação**. Curitiba: NIMAD/UFPR, 2002.
- PNSHL. **Parque Nacional Saint Hilaire Lange: Informações Gerais**. Disponível em: <<https://parnasainthilairelange.wordpress.com>>. Acesso em 26 de novembro de 2023.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.472p.
- SALOMON, J.-J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. Da tradição à modernidade. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 17, p. 07–33, jan. 1993.
- SILVA, F. C.; PERIN, E. J.; DESCHERMAYER, S. R. O declínio da pesca artesanal e a ostreicultura como alternativa sustentável. In: **Anais...** Congresso Internacional de Administração, 2007, Ponta Grossa. Anais do Congresso Internacional de administração 2007, v. único, 9p.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 34, p. 38, 2006.



THUM, C. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 162-179, 2017.

WOLF, E. **Tipos de campesinato latino americano: uma discussão preliminar**. I n.: Antropologia e poder. Brasília. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

HAYAMA, A. T. **Comunidades Caiçaras da Ilha do Cardoso, Conflitos Socioambientais e Refugiados da Conservação**. Refugiados Ambientais, p. 608, 2018.

QUADROS, J.; GIRALDI-COSTA, A. C.; DE SOUZA SEZERINO, F.; DOS SANTOS, P. A. Participação Social na Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Brasil: O caso do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. **Sustainability in Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.